

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO CELEBRADO ENTRE A
CÂMARA DOS DEPUTADOS E A
INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO –
CENTRO SALESIANO DO MENOR,
PARA PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO PESSOAL E
PROFISSIONAL DO MENOR.

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e seis, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CÂMARA e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO, instituição de educação e assistência social, sem finalidade lucrativa, com endereço na Av. 31 de março, nº 435, na cidade de Belo Horizonte – MG, inscrita no CNPJ sob o nº 33.583.592/0001-70, mantenedora do CENTRO SALESIANO DO MENOR, doravante denominado simplesmente CESAM, com endereço no SEPS 704/904, conjunto D, Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 33.583.592/0048-34, neste ato representado pelo seu Diretor, o Sr. Pe. ROGÉRIO CALVI, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Aditivo ao Contrato nº 2003/218.0, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e posteriores alterações, daqui por diante denominada simplesmente LEI, com o Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com a Lei nº 10.097/00, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

O presente Aditivo decorre da necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, em função do aumento das tarifas dos Sistemas de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, implementado por meio dos Decretos nºs 26.501/05, 26.502/05 e 26.503/05, com efeito financeiro a partir de 1º/02/06.

O referido reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato encontra amparo no artigo 65, inciso II, alínea “d”, e § 5º da LEI, correspondente ao artigo 113, inciso II, alínea “d”, e § 5º do REGULAMENTO.

O Contrato ora aditado, com sua numeração alterada para 2003/218.7, passa a vigorar com a redação modificada nas seguintes cláusulas:

“

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CESAM

O CESAM deverá selecionar, preparar e matricular os adolescentes no Programa de Aprendizagem, e, posteriormente, encaminhá-los à CÂMARA, devidamente uniformizados e com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

Parágrafo primeiro – O CESAM deverá manter nas dependências da Câmara dos Deputados para acompanhar o desenvolvimento dos adolescentes, durante todo o horário de expediente dos adolescentes, no mínimo, 01 (um) educador para cada 150 (cento e cinquenta) adolescentes ou fração. O afastamento ou substituição de qualquer educador deverá ser comunicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo segundo – Cabe ao CESAM elaborar mecanismos de controle de frequência e de desenvolvimento dos adolescentes nas atividades teóricas e práticas e fazer o acompanhamento do desempenho escolar dos adolescentes.

Parágrafo terceiro – O CESAM encaminhará relação detalhada do desempenho escolar dos adolescentes até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre escolar.

Parágrafo quarto – Cabe ao CESAM, com a colaboração da CÂMARA, implementar o Programa de Aprendizagem de que trata o *caput* da Cláusula Segunda, observado o disposto no parágrafo primeiro da Cláusula Quinta.

Parágrafo quinto – Todas as obrigações sociais e trabalhistas referentes aos adolescentes encaminhados à CÂMARA são de responsabilidade do CESAM.

Parágrafo sexto – O CESAM se responsabilizará, ainda, pela elaboração da escala de férias dos adolescentes.

Parágrafo sétimo – O CESAM se compromete a supervisionar, juntamente com o órgão fiscalizador da CÂMARA, a atuação dos menores contratados.

Parágrafo oitavo – É ainda obrigação do CESAM providenciar para que os serviços objeto do presente Contrato sejam prestados diariamente, não devendo haver qualquer interrupção, salvo por motivo de férias, descanso semanal, licenças previstas na legislação trabalhista ou outras consideradas relevantes, dispensada a substituição em caso de falta.

Parágrafo nono – Haverá reserva de 5% (cinco por cento) do total de vagas para adolescentes portadores de deficiência, devendo o CESAM manter a estrutura necessária à sua contratação.

Parágrafo décimo – Os deficientes participantes do Programa de Aprendizagem, bem como aqueles contratados como “menores trabalhadores”, deverão estar aptos a desenvolver as atividades designadas, cabendo ao CESAM e à CÂMARA facilitar a adaptação.

Parágrafo décimo primeiro - O CESAM fornecerá 2 (duas) camisetas do uniforme por semestre aos adolescentes.

Parágrafo décimo segundo – O CESAM fica obrigado a fornecer, com os demais documentos apresentados, nos casos de desligamento, os extratos de depósito de FGTS, para fins de cálculo da multa de 50% (cinquenta por cento), além do comprovante do efetivo recolhimento, qual seja, a Guia de Recolhimento rescisório do FGTS e Contribuição Social – GRFC.

.....

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO, DA REMUNERAÇÃO E DOS PAGAMENTOS

O preço total estimado do presente Contrato é de R\$5.054.928,75 (cinco milhões, cinquenta e quatro mil, novecentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), a ser pago de acordo com a seguinte composição mensal, correspondente ao quantitativo estimado de 450 (quatrocentos e cinquenta) menores:

a) de 1º/01/06 a 31/01/06:

MONTANTE “A”

- | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| 1. Remuneração | R\$135.000,00 |
| 2. Encargos Sociais (52,35%*) | R\$ 70.672,50 |
| (*) percentual máximo estimado, considerando-se os encargos relativos ao “menor trabalhador” | |
| 3. Subtotal Montante “A” (1 + 2) | R\$205.672,50 |

MONTANTE “B”

- | | |
|-------------------------------------------------------|---------------|
| 4. Grupo 1 do Montante “B” | R\$133.875,00 |
| - Auxílio-alimentação | R\$89.100,00 |
| - Vale transporte | R\$41.400,00 |
| - Despesas indiretas (2,50% sobre remun.) | R\$3.375,00 |
| (uniformes e exame médico) | |
| 5. Grupo 2 | |
| - Taxa de Administração | R\$ 27.000,00 |
| (20% sobre remuneração paga – item 1 do Montante “A”) | |

PREÇO TOTAL MENSAL R\$366.547,50

b) de 1º/02/06 a 31/03/06:

MONTANTE “A”

- 1. Remuneração R\$135.000,00
- 2. Encargos Sociais (52,35%*) R\$ 70.672,50
(*) percentual máximo estimado, considerando-se os encargos relativos ao “menor trabalhador”
- 3. Subtotal Montante “A” (1 + 2) R\$205.672,50

MONTANTE “B”

- 4. Grupo 1 do Montante “B” R\$143.775,00
 - Auxílio-alimentação R\$89.100,00
 - Vale transporte R\$51.300,00
 - Despesas indiretas (2,50% sobre remun.) R\$3.375,00
(uniformes e exame médico)
- 5. Grupo 2
 - Taxa de Administração R\$ 27.000,00
(20% sobre remuneração paga – item 1 do Montante “A”)

PREÇO TOTAL MENSAL R\$376.447,50

c) de 1º/04/06 a 31/12/06: (reajuste do salário mínimo para R\$350,00, com efeito financeiro a partir de 1º/04/06)

MONTANTE “A”

- 1. Remuneração R\$157.500,00
- 2. Encargos Sociais (52,35%*) R\$ 82.451,25
(*) percentual máximo estimado, considerando-se os encargos relativos ao “menor trabalhador”
- 3. Subtotal Montante “A” (1 + 2) R\$239.951,25

MONTANTE “B”

- 4. Grupo 1 do Montante “B” R\$142.987,50
 - Auxílio-alimentação R\$89.100,00
 - Vale transporte R\$49.950,00
 - Despesas indiretas (2,50% sobre remun.) R\$3.937,50
(uniformes e exame médico)
- 5. Grupo 2
 - Taxa de Administração R\$ 31.500,00
(20% sobre remuneração paga – item 1 do Montante “A”)

PREÇO TOTAL MENSAL R\$414.438,75

Despesas com 13º salário..... R\$205.537,50
- 13º salário R\$157.500,00
- encargos sociais incidentes (30,5%) R\$48.037,50

PREÇO GLOBAL ANUAL ESTIMADOR\$5.054.928,75

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA deverá apresentar até o dia 15 de dezembro nota fiscal/fatura em separado, correspondente às despesas com o 13º salário, observadas as regras gerais de pagamento previstas nesta Cláusula.

Parágrafo segundo – O pagamento dos serviços executados pela CONTRATADA será efetuado em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo terceiro – O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA em agência bancária indicada, mediante a apresentação em duas vias de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, para ateste pelo órgão fiscalizador.

Parágrafo quarto – O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado do ateste do órgão fiscalizador, e estará condicionado à apresentação dos seguintes documentos, referentes ao mês anterior ao de competência da fatura:

- a) prova da quitação da folha de pagamento, específica do contrato, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;
- b) comprovação emitida pelo órgão gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do recolhimento individualizado específico do contrato, por empregado, do mês anterior ao da prestação dos serviços;
- c) cópia autenticada da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, específica do contrato, acompanhada da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP, referente ao mês anterior ao da emissão da nota fiscal/fatura;
- d) espelho da folha de pagamento específica do contrato, com o emprego do software MS-Excel v. 97, e fornecido em meio magnético;
- e) comprovantes específicos do contrato de fornecimento de auxílio-

transporte e auxílio-alimentação; e

- f) Certidão Negativa de Débito – CND e Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, dentro dos prazos de validade neles expressos.

Parágrafo quinto – A não observância dos prazos legais para pagamento mensal dos salários e do 13º salário do pessoal que executará os serviços à Câmara dos Deputados sujeitará o CESAM à retenção da parcela subsequente, até a comprovação da quitação.

Parágrafo sexto – Para liberação das faturas, a CONTRATANTE levará em consideração o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

Parágrafo sétimo - Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE estão sujeitos às retenções de que tratam o art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, com a redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998, o art. 64 da Lei 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente Contrato terá vigência até 31/12/06, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da LEI, c/c o inciso II do artigo 105 do REGULAMENTO.

Parágrafo primeiro – O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

Parágrafo segundo – O presente Contrato poderá, ainda, ser rescindido unilateralmente pela CÂMARA, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, se o CESAM:

- I) for declarado insolvente ou dissolver-se;
- II) transferir o Contrato, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da CÂMARA;
- III) caucionar ou utilizar o Contrato para realização de operações financeiras; ou
- IV) degradar o padrão de qualidade dos serviços prestados ou demonstrar incapacidade operacional.

Parágrafo terceiro – Ocorrendo a rescisão prevista nesta cláusula, bem como a não prorrogação do presente contrato, fica garantida a permanência dos Adolescentes Aprendizizes na CÂMARA até o término dos respectivos Programas de Aprendizagem, cabendo à CÂMARA efetuar o repasse de recursos devidos, mediante planilha discriminada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ÓRGÃO FISCALIZADOR

Para todos os efeitos deste Contrato, considera-se órgão fiscalizador o Departamento de Pessoal, localizado no 9º andar do Edifício Anexo I da

Câmara dos Deputados, que indicará o servidor responsável pelos atos de acompanhamento e fiscalização desta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato, empenhada sob o nº 2006NE000407, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho:
01031055340610001 – Processo Legislativo – Nacional
- Natureza da Despesa:
3.0.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 – Aplicações Diretas
3.3.90.37 – Locação de Mão-de-Obra

.....”

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições vigentes que não tenham sido expressamente modificadas por este Aditivo.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 7 (sete) folhas cada uma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 20 de dezembro de 2006.

Pela CÂMARA:

Pelo CESAM:

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida
Diretor-Geral
CPF nº 358.677.601-20

Pe. Rogério Calvi
Diretor

Testemunhas: 1) _____

2) _____